

XII ELAOPA, Montevidéu, Uruguai 11 e 12 de fevereiro de 2017

Estavam presentes:

Companheiro docente da Argentina
Companheira autônoma da Venezuela
Resistência Popular de Alagoas
Gerardo – SUATT
Resistência e Solidariedade - ROE
Coletivo autônomo de organizações secundaristas – Paraná
Coletivo pela Educação Popular – COLEP – Porto Alegre
Resistência Popular Estudantil - Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, Erechim, São Paulo, Marilha e Rio Claro
Resistência Popular Comunitaria - Gravataí
Ação Libertária Estudantil - Colômbia
Companheiro de Fortaleza
Companheiro do Rio de Janeiro
Movimento Fanfarra do Mal (Movimento autônomo libertário de São Paulo)
Coletivo Quebrando Muros - Paraná
Ação antifacista - Curitiba
Companheira autônoma de Florianópolis
Sindicato de Taxi - Montevidéu

Demos início ao debate do grupo de discussão Educação-Estudantil a partir da leitura do texto disparador. Foram feitos alguns complementos, como por exemplo, de Santa Fé (Argentina), que passa por uma situação na qual a educação está voltada para práticas mais profissionalizantes, tecnicistas, com estudantes trabalhando nas indústrias como mão de obra barata. Esta situação é recorrente em outros países da América Latina: empresas moldam o currículo das/os estudantes. Isto vai de encontro ao que propuseram companheiros de São Paulo na discussão: pensarmos a mercantilização educacional como um processo amplo, global.

Brasil

Estudantes secundaristas sentiram a necessidade de se organizar desde a base, sem a interferência de entidades estudantis, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais, como UBES e UNE. Em 2016, foram realizadas, em todo país, ocupações de escolas e universidades contra os ataques e retiradas de direitos pelos governos. Lutou-se contra o Escola Sem Partido; Reforma do Ensino Médio; PEC 55; a lei das organizações sociais, que possibilita a privatização das áreas sociais como saúde e educação; contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais e também reivindicações regionais, como merenda escolar, solidariedade com trabalhadoras/es terceirizadas/os e políticas de permanência estudantil, entre outras. Também houve lutas

em defesa das ações afirmativas (reparação história em vias do genocídio do povo negro e indígena feito pelo Estado).

Atualmente, o perfil das/os estudantes universitárias/os está ligado diretamente ao trabalho, ou seja, é impossível pensarmos em lutas separadas, pois se trata, muitas vezes, de estudantes-trabalhadoras/es.

Em contexto de cortes orçamentários para a educação, as universidades e escolas sofrerão ainda mais com a precarização pela lógica mercantilista. A projeção é que em aproximadamente cinco anos, algumas universidades federais (em geral as mais novas) declararão falência (assim como já fez a UFRJ) e não poderão pagar suas contas. Assim, naturalmente, políticas de permanência (assistência estudantil, moradia, transporte e alimentação) podem ser cortadas, possibilitando a privatização.

Argentina

Os novos planos de estudo visam tornar privada a educação. Para isso, baixam seus níveis de qualidade para que ela vá se degradando. Os equipamentos para as aulas técnicas devem ser pedidos por meio de um projeto, mas não são todas que tem tempo para isto, pois estão atendendo às necessidades dos seus bairros.

O orçamento voltado à educação pública é cada vez menor, pois também subsidia escolas privadas. As condições de trabalho das/os professoras/es são precárias, fazendo com que demorem a adquirir estabilidade. Os grêmios estudantis são burocratizados e não há uma unidade de luta entre estudantes e professoras/es. Isso causa, por conseguinte, dificuldades em mobilizações.

Praticamente não há educação alternativa, apenas algumas experiências em comunidades isoladas.

Com tudo isto ainda se fala em meritocracia, tanto para se referir às instituições de educação, como aos docentes e discentes.

Venezuela

Em um quadro de inflação altíssima (mais de 1000% em 2016), de baixos salários para as/os professoras/es e congelamento de gastos, não há melhora na qualidade da educação, mesmo que o acesso a ela seja totalmente gratuito.

Existe também uma forte repressão e perseguição política das/os estudantes organizadas/os e movimentos sociais por parte do governo. O livre arbítrio é manipulado por causa de muitas propagandas feitas pelas universidades. As pessoas que lá estudam (universidades criadas a partir do governo Chávez) acabam tendo que militar, pois o contrário tornaria difícil a continuação dos estudos. A discriminação a grupos LGBTT também é muito grande.

Educação alternativa praticamente não existe.

Colômbia

As/os professoras/es que dão poucas horas de aula têm um trabalho precarizado, pois não possuem contratos sérios. O Ministério Nacional da Educação começou a implementar reformas educacionais. No ano de 2011, foi criada a lei 30, que tentava aprofundar um programa neoliberal, gerando mão de obra barata para o mercado de trabalho. No entanto, foi possível barrá-la através da luta estudantil. Posteriormente, com a apresentação de um novo acordo para o ensino superior, o 2034, aproveitando um contexto de desmobilização do movimento, implantaram decretos e acordos de forma constante nas instituições de ensino superior.

Há muita discriminação às/aos estudantes que possuem bolsas, pois são oriundas/os de classes mais pobres. De modo geral, acaba ocorrendo muita evasão ou baixo desempenho por parte destas/es alunas/os.

Os sindicatos têm muitas divergências internas e por isso é difícil uma luta conjunta.

Se mantém as/os desaparecidas/os políticos e prisões forjadas às/aos militantes. As forças do Estado estão muito mais fortalecidas depois do processo de paz.

Foram desenvolvidos processos de educação popular em várias cidades do país.

Uruguai

No último orçamento destinado à educação, os recursos foram muito baixos. A política do governo vem sendo de desmonte de toda esfera pública -saúde, moradia e educação-, em um caminho de aprofundamento das políticas neoliberais. Absolvem de forma impositiva as empresas, aumentam o investimento em projetos PPP (Participação Público-Privado) e estabelecem uma abertura para investimentos estrangeiros, o que implica também flexibilizações de trabalho com terceirizações.

Nesse sentido, faz anos que se desenvolve uma luta importante contra os ajustes. Os salários das/os professoras/es são muito baixos, as escolas não recebem materiais didáticos e a maioria delas se encontra em péssimas condições estruturais para o estudo.

A reforma educativa que estão tentando implementar vem com um discurso inclusivo e conquistador que, aos poucos, vai se instaurando em algumas escolas mais isoladas, o que torna difícil a organização de uma resistência pois pouco se sabe a respeito. É justamente por isso que nessas escolas mais pobres coloca-se em prática a ideia de servir às necessidades do mercado. Diminuem os conteúdos e baixam os níveis de exigência enquanto a escola passa a ser um recipiente orientado pela “pedagogia do ócio”. Algumas das atividades escolares também passam a ser gerenciadas por organizações civis. Desse jeito, se aprofunda a ideia de uma educação para ricos e outra para as(os) pobres.

Quanto ao movimento estudantil: desde alguns anos, temos visto uma certa

ruptura em relação ao governo; existe um crescimento no campo popular com perfil mais combativo e uma crença no dever de impulsionar mudanças a partir das bases.

O movimento é volátil, sofre com altos e baixos. Isso gera dificuldades em manter uma luta constante, pois há maior envolvimento nos momentos de debates orçamentários. Também se luta por autonomia e co-governo na educação pública, para que finalmente as decisões não sejam tomadas pelo governo, que as modifica cada vez que um novo partido político assume o poder.

Da mesma forma os sindicatos das/os professoras/es também têm aprofundando medidas de luta e combatividade em seus discursos nos últimos anos. Às vezes, as/os dirigentes não estão à altura das circunstâncias, mas conseguem desenvolver uma militância com base forte. Também é importante ressaltar o vínculo que se gerou entre as/os militantes estudante e docentes. Nesse processo o papel das/os companheiras/os ROE foi fundamental, potencializando a solidariedade com outros sindicatos, da mesma forma que esses se solidarizam com os sindicatos das/os militantes do âmbito da educação.

Síntese

Tendo em vista a exposição de problemas em comum na América Latina em relação à educação, estabelecemos mobilizações em conjunto. Estas têm como objetivo resistir à lógica mercantil inserida na educação pública.

A partir de lutas que demonstram a resistência dos povos, os governos têm aumentado os níveis de repressão, perseguição e de processos políticos.

Propomos uma agenda de luta

- Elaboração de um documento sobre a mercantilização da educação para o 1º de maio;

- Fazer um vídeo chamado “A educação do povo não se vende, se defende”, no qual cada país possa expor brevemente seus problemas educacionais. A data limite para o envio é 20 de maio.

- Em junho se realizarão mobilizações a cargo de cada organização contra a lógica mercantil à educação;